

de um Fundo no Mercado financeiro, que será provido pelo FPM quando dos repasses, fundo este suficiente para realizar a mencionada amortização.

Art. 4º - O Poder Executivo municipal fica obrigado a abrir dotação orçamentária concernente aos recursos e custos financeiros, até a amortização de que se refere o § único do Artigo 3º.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor a data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Parandiranga, em 21 de Julho de 1995.


José Barbosa de Sousa
Prefeito Municipal de Parandiranga

Lei nº 065/95

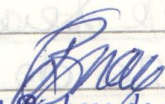
"Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar empréstimo financeiro com a CODEMAT, a conta FADEN, e da outras Providências."

O Prefeito Municipal de Parandiranga-MT., no uso de suas atribuições legais, Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

e demais encargos decorrentes das obrigações contratuais assumidas em virtude desta Lei.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT., em 02 de Agosto de 1.995.


José Barbosa de Moura
Prefeito Municipal

Lei nº 066/95

"Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 1.996"

José Barbosa de Moura, Prefeito Municipal de Paranatinga - MT., no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - O Projeto de lei orçamentária anual do município para 1.996, será elaborado em estrita observância as diretrizes, fixadas nesta lei de conformidade com os artigos 128 e seguintes da Lei Orgânica do município.

Parágrafo único - A lei orçamentária

Acordo contratual celebrado entre o Prefeito do Município, e a CODEMAT.

Art. 5º - Fica o Prefeito do Município autorizado a:

1) Abrir no corrente exercício, os créditos adicionais necessários para garantir a cobertura das despesas decorrentes, da assinatura do contrato a que se refere esta Lei, utilizando-se para tanto dos recursos mencionados no artigo 43 e seus Parágrafos da Lei 4.320 de 17 de março de 1.964;

2) Consignar nos seus Orçamentos Anuais e demais legislações inerentes, dotações específicas para atendimento das despesas tais como: pagamento de prestações mensais, amortizações, juros, taxas, comissões e demais encargos decorrentes da operação financeira aqui autorizada;

3) Abrir crédito especial, à conta dos recursos provenientes do empréstimo financeiro contratado para atendimento das despesas específicas com: Secretaria de Apoio e Planejamento, Setor de Administração, construção de 750 m. de ponte, 4110 - obras e instalações, que se refere o artigo 2º desta Lei;

4) Outorgar a CODEMAT Procuração irrevogável e irretroatável, para receber junto ao BEMAT ou a outro órgão que o substitua, mensalmente o valor correspondente à cobertura das prestações, taxas, comissões

25
Poder Executivo do Município, autorizado a contratar empréstimo financeiro à conta do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios - FADEN, junto à Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso - CODEMAT.

§ 1º - O FADEN de que trata este artigo é o Fundo criado pela Lei nº 3.669 de 11 de novembro de 1975, regulamentada pelos Decretos nº 456/76, 1.247/92 e 1.442/92 e ratificado pela Lei nº 5.672 de 19 de novembro de 1990;

§ 2º - O empréstimo financeiro autorizado por esta Lei será até o limite de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), levantados nos termos da capacidade de endividamento do Município, respeitadas as vinculações previstas na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município.

Art. 2º - A aplicação dos recursos financeiros oriundos da autorização desta Lei, serão aplicados exclusivamente na: construção de duas pontes em estradas Municipais, em decorrência da observância do que preceitua o artigo 1º da Lei nº 3.669/75, criadora do FADEN.

Art. 3º - O prazo do empréstimo financeiro de que trata esta Lei, será de no máximo 06 (seis) anos, sendo 06 (seis) meses o prazo de sua carência.

Art. 4º - As condições dos juros, taxas, comissões e demais encargos que incidirem sobre a operação financeira serão objeto de